



 **iniciativa
liberal**

PROGRAMA
POLÍTICO
'24

índice

Resumo	4
Introdução	7
1. Direitos, Liberdades e Garantias	8
1.1 Liberdade Individual	9
1.2 Direitos, Deveres e Garantias	10
2. Organização Política	11
2.1 Governo do Estado	12
2.2 Poder Local	13
3. Soberania	14
3.1 Justiça	15
3.2 Segurança, Defesa e Administração Interna	16
3.3 Representação do Estado	17
3.4 União Europeia e Política Monetária	18
4. Economia	19
4.1 Liberdade Económica e Responsabilidade Individual	20
4.2 Papel do Estado e Política de Concorrência	21
4.3 Simplificação Fiscal e Administrativa	22
4.4 Política Orçamental e Dívida Pública	23
4.5 Legislação e Relações Laborais	24
5. Sociedade	25
5.1 Sociedade Livre, Aberta e Tolerante	26
5.2 Cultura e Património comum	26
5.3 Contrapoderes	27
5.4 Sustentabilidade e Ambiente	28
5.5 Território	29
5.6 Infraestruturas	30
5.7 Migrações	31
6. Estado Social	32
6.1 Saúde	33
6.2 Educação	34
6.3 Ciência e Ensino Superior	35
6.4 Segurança Social	36
6.5 Habitação	38

Resumo

PROGRAMA POLÍTICO

PROGRAMA POLÍTICO

A Iniciativa Liberal é o partido que:

- Defende o primado da liberdade individual, da propriedade privada e da igualdade de oportunidades, onde cada um é livre de desenvolver o seu projeto de vida
- Representa a ambição de um Portugal que pode crescer e ser muito mais, com real mobilidade social, onde a iniciativa é aplaudida e o sucesso não é punido
- Combate o excesso de Estado que tem asfixiado a sociedade e descapitalizado a economia
- Tem a coragem de implementar as reformas estruturais de que o país necessita para ter melhores serviços públicos e maior prosperidade

LEI E ORGANIZAÇÃO POLÍTICA

A Iniciativa Liberal defende:

- uma democracia liberal assente no Estado de Direito e na separação de poderes, com maior descentralização política seguindo o princípio da subsidiariedade
- um Estado mais pequeno, com instituições fortes, descentralizado e orçamentalmente responsável
- a igualdade de todos perante a lei, não devendo o Estado impor ou restringir modos de vida

ESTADO E SOBERANIA

A Iniciativa Liberal defende:

- uma função pública mais pequena, eficiente e qualificada, sujeita a avaliações de mérito e adequadamente remunerada
- uma Justiça acessível, célere, imparcial, despolitizada e eficaz
- que a segurança e a defesa de pessoas e bens são funções fundamentais do Estado, mas nunca devem ser usadas para fins políticos
- que Portugal deve estar na linha da frente a nível global na defesa do comércio livre, da cooperação multilateral e da sustentabilidade ambiental

ECONOMIA E CONCORRÊNCIA

A Iniciativa Liberal defende:

- uma economia de mercado, baseada na concorrência e na inovação, capaz de gerar riqueza e melhorar a qualidade de vida de todos através do crescimento económico
- uma economia mais produtiva, com maior nível salarial e menor carga fiscal e burocrática
- uma redução e simplificação fiscal acompanhada de uma redução da despesa pública assente na racionalização de empresas, organismos e cargos do Estado
- que o Estado deve por defeito ser regulador e não jogador, devendo apenas existir empresas públicas nos casos em que não possa haver concorrência entre privados
- que quer os lucros quer os prejuízos privados não devem ser socializados, combatendo assim o corporativismo e o nacionalismo económico
- a obrigação regular e periódica de elaborar orçamentos de base zero, a inexistência de défices orçamentais e a redução da dívida pública
- a aplicação do princípio da flexisegurança nas relações laborais e eliminação das diferenças existentes nos regimes laborais entre o sector público e o sector privado

VIDA EM SOCIEDADE

A Iniciativa Liberal defende:

- uma sociedade onde cada um seja livre e responsável de viver a sua vida como quiser, com quem quiser, trabalhar no que quiser, consumir o que quiser, expressar-se como quiser
- que a discriminação não é aceitável e rejeita políticas identitárias que promovam a divisão
- uma cultura livre, mais descentralizada e cada vez menos dependente do Estado
- o combate às alterações climáticas e a proteção da natureza, baseada numa transição energética equilibrada e na inovação tecnológica, sem ceder a proibicionismos e utopias de decrescimento
- que o Estado deve seguir o princípio da neutralidade tecnológica, dar o exemplo na descarbonização e facilitar a economia florestal sustentável
- que o Estado deve financiar a existência de infraestruturas de comunicação, transportes aéreos, ferroviários, rodoviários e marítimos

ESTADO SOCIAL

A Iniciativa Liberal defende:

- que o Estado deve financiar e regular a prestação de serviços públicos por parte de entidades não-estatais, sendo também prestador quando não existir a oferta necessária
- um acesso verdadeiramente universal a cuidados de saúde de qualidade e em tempo útil, com liberdade de escolha do prestador desses cuidados, independentemente de pertencerem ao setor estatal, privado ou social
- um sistema de ensino baseado na descentralização política, na autonomia financeira, administrativa e pedagógica das escolas e na liberdade de escolha das famílias
- maior autonomia para as instituições de ensino superior, as quais devem poder definir os critérios de admissão, e o fomento da ligação entre o sector empresarial e a academia
- a existência de uma rede de segurança social que apoie os que se encontram em situações de especial dificuldade
- uma transição gradual de um regime de segurança social de repartição para um regime misto, com uma parcela redistributiva e outra de capitalização
- a aposta no aumento de oferta de habitação, com eliminação dos obstáculos burocráticos e fiscais que dificultam a construção e aumentam o seu custo, devendo o Estado apoiar as famílias em situações de carência extrema

Introdução

A Iniciativa Liberal é um partido político liberal português que assume essa identidade em todas as dimensões da vida humana: na política, na economia e na sociedade.

A Iniciativa Liberal defende o primado da liberdade individual. A liberdade de todos os que habitam em Portugal e de todos os que aqui desejam construir o seu projeto de vida em paz, livre de barreiras arbitrárias impostas pelo Estado e de regras morais determinadas por terceiros. A Iniciativa Liberal acredita que o desenvolvimento do país e a realização das pessoas carecem de liberdade política, social e económica e necessitam de instituições livres, transparentes, democráticas e eficazes.

Portugal tem sido dominado pelo poder crescente de um Estado que se arroga ao direito de decidir e dirigir o destino das pessoas. O Estado português aumentou em tamanho, complexidade e poder. A máquina de administração pública foi gradualmente capturada por ideólogos, políticos e burocratas. Transformou-se numa voraz consumidora de recursos que parece existir apenas para satisfazer a sua insaciável rede de interesses que se serve das pessoas e abdica de as servir.

A mobilidade social tornou-se uma miragem. A economia estagnou sob uma carga fiscal desmedida, agravada por uma burocracia onnipresente e com os serviços públicos em permanente degradação. Os portugueses estão cada vez mais conformados à sua sorte e dependentes de apoios. O excesso de estatismo teve como resultado a subalternização das pessoas e das comunidades, a fragilização da sociedade, a descapitalização da economia, a asfixia da criatividade e o definhamento da esperança.

Portugal atravessa uma situação difícil, com uma população envelhecida, famílias sem esperança e jovens forçados a sair do país em busca de uma vida melhor. Ao mesmo tempo tem um Estado endividado e incapaz de cumprir as suas funções essenciais. Portugal conta com séculos de existência e não é desejável que os portugueses de amanhã recordem a geração atual como a que falhou, mas sim como aquela que perante os desafios tomou as decisões corretas para os enfrentar e vencer.

A Iniciativa Liberal acredita que é possível mudar. Portugal não tem de estar condenado ao fado do estatismo e ao correspondente empobrecimento material e espiritual. As ideias liberais postas em prática deixam às pessoas o poder sobre a sua vidas, libertam energias criativas, abrem possibilidades de futuro e geram bem-estar.

A Iniciativa Liberal acredita num país que enaltece a liberdade, em que a iniciativa é aplaudida e o sucesso não é castigado. Um país onde as pessoas saibam que é possível prosperar através do talento, da criatividade e do esforço. Acredita que Portugal pode crescer, que as novas gerações podem ter uma vida melhor que os seus pais e avós, e que todos poderão aspirar a níveis de vida equiparados aos dos países mais desenvolvidos.

PORQUE O LIBERALISMO FUNCIONA E FAZ FALTA A PORTUGAL.

1.

Direitos, Liberdades e Garantias

1.1 LIBERDADE INDIVIDUAL

A Iniciativa Liberal deseja uma sociedade aberta e exposta a diferentes modos de pensar, com tolerância e respeito pela diversidade humana. Assenta na profunda convicção de que o indivíduo é o autor soberano da sua vida, com vontades, interesses e valores específicos.

Cada pessoa é livre de escolher o seu modo de viver num espaço alargado de autonomia e sem interferências externas, desde que não infrinja a liberdade dos outros. A garantia da liberdade individual, face à autoridade pública ou a outros indivíduos e entidades, é central ao Estado de Direito.

A Iniciativa Liberal defende o direito à individualidade, a liberdade de expressão de cada um, a liberdade de imprensa, de culto e de associação. Entende que o poder político não deve interferir, limitar ou coagir qualquer destes direitos.

Numa sociedade liberal as ideias políticas estão sujeitas a um debate livre e não podem ser reprimidas ou impostas por lei. Não se mudam convicções pela força, mas por via da argumentação e do exemplo de uma coexistência pacífica, em que o espírito crítico é apreciado e respeitado.

A Iniciativa Liberal opõe-se a todas as tentativas de uso da autoridade para impor opiniões, forçar pensamentos únicos ou estabelecer qualquer forma de censura.

A Iniciativa Liberal não se revê num Estado paternalista que force uma igualdade de resultados, mas entende que o Estado pode assegurar a todos igual acesso às oportunidades, sabendo que pessoas livres e diferentes escolhem caminhos diversos.

A Iniciativa Liberal defende a igualdade de todos perante a lei e a não discriminação por parte do Estado de quem quer que seja. Os indivíduos são diferentes entre si e essas diferenças devem ser respeitadas. O Estado não deve usar os seus poderes coercivos para impor ou restringir modos de vida livremente escolhidos pelas pessoas.

1.2 DIREITOS, DEVERES E GARANTIAS

Para a Iniciativa Liberal todas as pessoas detêm um conjunto de direitos que cabe ao Estado respeitar e proteger. Uma vida mais rica é uma vida com mais opções, em que a escolha é de todos e não exclusiva aos mais favorecidos. Qualquer pessoa deve poder viver com dignidade, em segurança e com acesso à justiça, num ambiente livre de violência, de ameaças ou coerção.

Sem responsabilidade individual não há liberdade plena. Esta exige uma abertura à reflexão que adequa a ética aos desafios próprios de uma sociedade dinâmica e em constante mudança. Para a Iniciativa Liberal os deveres de cidadania que decorrem da responsabilidade individual promovem e garantem as bases duradouras de uma sociedade livre e aberta.

A Iniciativa Liberal considera ser responsabilidade do Estado garantir a existência de uma rede de segurança que ajude os que se encontram em situações de especial dificuldade ou dependência. Acredita ser necessário definir quais são essas situações e evitar que seja o próprio Estado a colocar os cidadãos num ciclo constante de estagnação e pobreza.

Da mesma forma, entende que o Estado deve assegurar às crianças a possibilidade de crescerem como adultos autónomos e capazes. No mesmo sentido, deve ser dada proteção especial às vítimas de maus-tratos parentais, bem como a todos os indivíduos em estado de vulnerabilidade física ou mental, de forma que tenham condições para participar da melhor forma possível na vida em sociedade.

A Iniciativa Liberal defende, como natural e essencial para a liberdade das pessoas, o direito à propriedade privada legalmente adquirida, a possibilidade de cada um usufruir livremente do produto do seu talento e do seu trabalho, bem como a faculdade de passar o seu património aos seus descendentes ou a quem deseje.

2.

Organização Política

2.1 GOVERNO DO ESTADO

A Iniciativa Liberal acredita nas democracias liberais assentes na soberania do povo, nos princípios do Estado de direito e na separação dos poderes. Defende governos que resultem de eleições livres e universais, assegurando uma efetiva representação proporcional num parlamento que acolha diferentes visões. Esta é a essência de um Estado liberal, democrático e dinâmico.

Portugal é um país excessivamente centralizado, assimétrico e demasiado dependente da Administração Central. A Iniciativa Liberal considera urgente uma descentralização política baseada no princípio da subsidiariedade para que o poder de decisão esteja o mais próximo possível do cidadão e sem que a sua eficácia seja posta em causa.

A Iniciativa Liberal quer um Estado enxuto, com uma Administração Pública transparente, instituições fortes, descentralizado e orçamentalmente responsável. O Estado deve reger-se por práticas de bom planeamento que se reflitam em boas leis e diplomas legislativos adequados. A Administração Pública deve respeitar os cidadãos e limitar-se às funções essenciais do Estado. Deve sempre colocar-se ao serviço do cidadão, cumprir escrupulosamente os contratos que celebra e reger-se pelos princípios da legalidade, da transparência, igualdade, celeridade e proporcionalidade. Deve pautar-se pelo rigor e conhecimento técnico, guiar-se por princípios de independência política e ser um garante da estabilidade governativa num Estado de direito.

A Iniciativa Liberal quer a simplificação dos processos na Administração Pública, bem como uma efetiva modernização e digitalização dos seus serviços. A função pública deve ser qualificada e eficiente, sujeita a avaliações de mérito e adequadamente remunerada, capaz de atrair e reter talento. Como princípio da eficiência da gestão pública, o Estado deve subcontratar os seus serviços a entidades externas, sejam do sector social ou privado, sempre que estejam em causa razões de eficácia e economia de recursos.

A Iniciativa Liberal considera necessária uma Revisão Constitucional que contribua para uma Constituição menos ideológica e mais apta a se adaptar aos novos desafios, dentro do quadro da interpretação decorrente da doutrina jurídica. A despolitização da Constituição sugere a necessidade de um Tribunal Constitucional menos influenciado por partidos político e com um pendor mais jurídico.

2.2 PODER LOCAL

A proximidade do poder aos cidadãos é essencial numa democracia que se pretende efetiva. O poder local é aquele que está mais próximo das pessoas e o que tem maior capacidade para resolver, com menor burocracia, muitos dos seus problemas quotidianos. Entre as suas competências devem incluir-se a cultura, o desporto e a ação social. As autarquias são os organismos mais adequados para a gestão ou contratualização das unidades de saúde e de escolas públicas.

Os municípios e fregueses devem poder acompanhar o desempenho dos seus municípios e freguesias e ter acesso, de forma rápida e transparente, a indicadores de desempenho, bem como a canais abertos de comunicação que permitam respostas atempadas e objetivas às questões colocadas.

Através de uma efetiva descentralização, o poder local deve ser responsável pela obtenção das suas receitas e pela gestão das suas despesas, com um maior controlo sobre os seus recursos e as suas decisões. A Iniciativa Liberal considera que a origem das receitas deve ser tão escrutinada quanto as decisões relativas à despesa. A descentralização não deve contribuir para aumentar a burocracia ou a despesa pública e deve ser acompanhada de uma maior responsabilização dos vários órgãos políticos e institucionais, de modo a evitar a sua captura por interesses económicos ou políticos.

Os titulares de cargos políticos não devem acumular funções de administração de empresas ou organismos de interesse público. Os cidadãos devem ter acesso a toda a informação relevante à gestão das autarquias de forma simplificada e desburocratizada, de acordo com os princípios da transparência e de acesso remoto via digital, sempre que tal for possível.

3.

Soberania

3.1 JUSTIÇA

A Justiça é a expressão de um dos poderes soberanos do Estado de direito, fundamental para uma vida em comunidade justa e equilibrada. É também uma ferramenta basilar para o desenvolvimento do país, o crescimento económico e o combate à corrupção, bem como à promoção de uma relação transparente entre o Estado, os cidadãos e os agentes económicos. Uma Justiça lenta contribui para o mal-estar social, baixa produtividade e baixos salários, em que pessoas e empresas sentem que os seus diferendos não são resolvidos em tempo útil, deixando vidas suspensas e investimentos por fazer.

O acesso à Justiça tem de estar ao alcance de todos. O Estado de direito depende de uma Justiça acessível, célere, imparcial, despolitizada e eficaz. Os arguidos e réus devem ter direitos de defesa adequados. Os magistrados judiciais devem ter poderes acrescidos na condução dos processos, com vista a impedir atrasos excessivos e a bloquear manobras dilatórias, mas consequentemente devem ser avaliados e estar sujeitos a maior fiscalização.

Não é aceitável para os cidadãos que os seus diferendos se prolonguem em tribunal por tempos indefinidos, razão pela qual os tribunais devem estar dotados dos meios humanos e logísticos necessários para a prossecução da função da Justiça, com qualidade processual e em tempo útil. O mesmo sucede nos litígios dos cidadãos contra a administração pública a que os tribunais administrativos e fiscais devem dar resposta atempada, como é exigível em qualquer Estado de direito. Sempre que tal se mostre adequado, cidadãos e empresas devem poder recorrer a tribunais arbitrais, nos diferendos entre si ou com o Estado.

O combate à corrupção, através das formas adequadas e previstas pela lei, é fulcral para a confiança nas instituições democráticas. A promiscuidade entre Estado e negócios deve ser evitada. Um Estado menos interveniente na atividade económica é uma forma de minimizar a existência e o impacto negativo da corrupção com os seus efeitos nefastos para um Estado de direito democrático.

A Justiça deve combinar a componente punitiva da sua atuação com a ênfase na reabilitação e na reintegração social. A Iniciativa Liberal defende os direitos das vítimas, a sua proteção e reparação pelos danos físicos ou morais sofridos, pelas perdas de vida ocorridas, assim como a punição de quem os causou, mas rejeita castigos cruéis e desumanos, como a prisão perpétua, a pena de morte ou qualquer tipo de tortura.

3.2 SEGURANÇA, DEFESA E ADMINISTRAÇÃO INTERNA

A segurança e a defesa de pessoas e bens são funções fundamentais do Estado. No mesmo sentido, a defesa militar, a segurança interna, a proteção civil e os serviços de informações estratégicas devem ser da sua competência. É da máxima importância que o Estado seja eficaz em matéria de Segurança, Defesa e Administração Interna.

As forças e serviços de segurança devem dispor de recursos que permitam aos seus agentes o cumprimento eficaz das suas funções em defesa da integridade física e moral das pessoas e proteção dos seus bens. Para tal, devem estar dotados de meios que garantam a segurança das populações em caso de catástrofes naturais, acidentes graves ou situações que comprometam a ordem pública. Em nenhuma circunstância deve esta capacitação servir de respaldo para abusos dos agentes de autoridade perante os indivíduos, com prejuízo imediato para estes últimos e para o prestígio das forças de segurança.

A Iniciativa Liberal é a favor de um serviço militar voluntário, profissionalizado, brioso e digno. Pugna pela formação contínua com vista à valorização intelectual e profissional dos seus recursos humanos e à partilha de meios entre as forças e serviços de segurança. No que concerne à defesa do território, da paz e da segurança internacional, a Iniciativa Liberal defende a participação portuguesa na NATO e uma colaboração ativa no desenvolvimento de uma política europeia de defesa.

Tal como constitucionalmente previsto, as Forças Armadas devem estar sob controlo civil e não serem utilizadas para fins políticos. As Forças Armadas devem dispor dos meios necessários para cumprir o conceito estratégico de defesa nacional e satisfazer as obrigações portuguesas a nível internacional. A Iniciativa Liberal considera também que para uma maior eficiência, a reestruturação da indústria de Defesa Nacional pode ser feita com recurso complementar à gestão privada e utilização de investimento estrangeiro, sempre no quadro das alianças do Estado português.

O Estado tem de dispor de serviços de Informações acompanhados de garantias adequadas de escrutínio regular da sua atuação por parte do poder político. Este escrutínio deve assentar na Assembleia da República, respeitando as necessárias verificações e equilíbrios, com os limites estabelecidos à ação direta do Governo e do Presidente da República.

3.3 REPRESENTAÇÃO DO ESTADO

A Iniciativa Liberal subscreve os princípios da Carta das Nações Unidas e as bases orientadoras da União Europeia. Respeita os Tratados Internacionais que fundamentam o direito internacional e que regulamentam as relações entre Estados na observância do princípio da sua igualdade soberana, do respeito pela sua integridade territorial e da garantia dos direitos das pessoas.

A Iniciativa Liberal valoriza o respeito por normas que favorecem a cooperação internacional, os direitos e a dignidade humana, a democracia liberal e o Estado de direito. Apoia os esforços diplomáticos e os contactos entre Estados feitos com esse intuito. Aprova os esforços para o desenvolvimento de um sistema económico internacional aberto, baseado nos princípios do comércio livre. Aceita a regulação de organizações internacionais tais como a Organização Mundial do Comércio, o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial.

A defesa da paz, a segurança internacional e os direitos humanos são objetivos da diplomacia portuguesa nos cenários e organismos onde Portugal esteja representado. Portugal deve estar na linha da frente na defesa do comércio livre, da abolição de barreiras ao comércio e da cooperação multilateral a nível global. A Iniciativa Liberal reconhece o papel dos fundos europeus para a coesão territorial dentro da União, mas entende que o desenvolvimento de Portugal não pode ficar dependente desses mesmos fundos.

A Iniciativa Liberal considera que Portugal deve aprofundar as suas relações com os países de língua oficial portuguesa e fortalecer os laços que os unem. A Iniciativa Liberal está ciente da importância geoestratégica do Atlântico Sul e do papel que Portugal pode e deve ter na contribuição para a segurança do mundo livre.

A Iniciativa Liberal entende que o Estado português deve contar com uma rede de embaixadas e de consulados que prestem apoio aos residentes no estrangeiro, exerçam uma efetiva diplomacia económica e promovam a ligação à diáspora.

3.4 UNIÃO EUROPEIA E POLÍTICA MONETÁRIA

A Iniciativa Liberal defende um espaço europeu de livre circulação de pessoas, bens, capitais e serviços, baseado nos princípios liberais da liberdade, democracia, Estado de direito e respeito pelos Direitos Humanos. Deseja uma sociedade aberta, de paz e prosperidade, na qual os conflitos são resolvidos de forma pacífica, sinal inequívoco de que se aprendeu com a história.

A liberdade, a paz e a segurança na Europa foram conquistadas com abnegação, esforço e muito sacrifício. Perante as novas ameaças, sejam internas ou externas, a União Europeia deve trabalhar em conjunto com os Estados-membros para que seja firme na defesa dos seus valores; inabalável no confronto com o populismo de esquerda e de direita; possante no combate aos regimes autocráticos, como o de Putin, que invadem Estados soberanos ou que nestes semeiam a discórdia; eficaz na destruição das organizações terroristas que visam semear o medo com o objetivo de derrubarem os alicerces do Estado liberal.

A Iniciativa Liberal pretende uma União Europeia mais democrática, responsável e na vanguarda da inovação. A tecnologia é indispensável para o desenvolvimento económico e também é a solução preferível para a mitigação das alterações climáticas, um dos grandes desafios da atualidade e um dos legados que deixaremos às gerações vindouras. É com uma economia próspera e vibrante que a União Europeia estará em condições de melhor cooperar com outros Estados de outros continentes, num apoio consistente ao seu desenvolvimento sustentável, à sua integração no comércio internacional e à melhoria de vida das respectivas populações.

A Iniciativa Liberal considera que o Euro é a melhor garantia de uma política monetária saudável, capaz de combater a inflação e proteger rendimentos e poupanças. A participação na moeda única implica obrigações para os Estados aderentes sendo essencial o cumprimento das regras orçamentais dos tratados europeus. A independência do Banco Central Europeu impede a utilização da moeda com fins eleitorais e a sua manipulação por políticos populistas ou imprevistos.

4.

Economia

4.1 LIBERDADE ECONÓMICA E RESPONSABILIDADE INDIVIDUAL

A Iniciativa liberal defende uma economia livre, aberta, capaz de gerar riqueza e melhorar os padrões de vida de todos através do crescimento económico. Cada um deve poder usufruir dos frutos dos seus rendimentos e desenvolver o seu projeto de vida. Só a liberdade económica poderá inverter a estagnação a que Portugal foi submetido nas duas primeiras décadas do século XXI.

A erradicação da pobreza e da exclusão socioeconómica nunca foi obtida através de políticas estatistas que limitam a criação de oportunidades, a prosperidade e o crescimento económico, que perpetuam a pobreza e tornam um elevado número de portugueses dependentes do Estado. Pelo contrário, é a liberdade económica que permite que as pessoas, através do trabalho, melhorem as suas condições de vida e tenham a oportunidade de, não só auferirem o suficiente para uma existência digna, mas também de realizarem os seus projetos pessoais e profissionais.

São as pessoas e as empresas que devem receber os lucros ou lidar com os prejuízos das suas escolhas económicas. No respeito pelos princípios da liberdade e da responsabilidade individual não deverão ser socializados custos ou proveitos resultantes da atividade económica privada.

Ao Estado compete criar condições para um saudável desenvolvimento de pessoas e empresas. A atividade económica, exercida no estrito cumprimento das normas legais, deve ser valorizada e apoiada e devem ser minimizados os riscos artificiais para as empresas, nomeadamente os que dizem respeito à responsabilidade solidária e ilimitada de membros dos órgãos de gestão.

O Estado deve garantir um ambiente institucional, fiscal e regulatório, consistente e desburocratizado que encoraje a iniciativa privada e proteja o investimento, o capital e a livre concorrência.

4.2 PAPEL DO ESTADO E POLÍTICA DE CONCORRÊNCIA

A Iniciativa Liberal é convictamente a favor de uma economia de mercado, do comércio internacional, da livre concorrência e da eliminação de barreiras à atividade económica. O Estado e os seus agentes devem ser o principal garante destes princípios e nunca constituir-se como entrave ao processo de descoberta empresarial.

Na economia, o Estado deve regular o necessário e o suficiente para estabelecer regras comuns, defender os consumidores e assegurar o cumprimento de contratos voluntários. É essencial evitar excessos legislativos e a criação de obstáculos administrativos ou fiscais que causem custos de contexto desnecessários, com perdas de competitividade para as empresas e as instituições nacionais.

O Estado não deve ser interveniente ativo nos sectores da economia em que assume a sua qualidade de regulador, não pode subverter as regras de mercado e nunca deverá confundir-se com interesses privados em detrimento de outros cidadãos ou empresas.

A regulamentação deverá ser estável e capaz de atrair capitais nacionais e estrangeiros, ser indutora de investimento e da criação de empresas sólidas de pequena, média e grande dimensão que contribuam para enriquecer a economia portuguesa.

Apenas devem existir empresas públicas nos casos em que um determinado bem ou serviço não possa ser garantido por empresas privadas em ambiente competitivo. As empresas de capital público que não se enquadrem neste pressuposto deverão ser privatizadas ou liquidadas. Qualquer processo de privatização deverá ser estruturado de forma a evitar a criação artificial de monopólios privados que atribuam rendas injustificáveis a grupos económicos escolhidos por decisores políticos. Os processos deverão ser abertos, transparentes, concorrenciais e acompanhados e auditados por entidades credíveis.

A Iniciativa Liberal bater-se-á contra o corporativismo e o nacionalismo económico. O Estado não deve subsidiar empresas, deve evitar a escolha de campeões nacionais e eliminar barreiras artificiais à livre concorrência, incluindo as criadas pelas ordens profissionais. A Iniciativa Liberal rejeita o abuso de posições dominantes, públicas ou privadas, sobretudo quando amparadas em privilégios legais.

O respeito pela propriedade privada é um dos pilares da economia de mercado e de uma democracia liberal. O Estado pode contratar, mas não deve ser dirigista nem obrigar os empresários e proprietários a desempenhar e financiar funções que lhe cabem no cumprimento das suas responsabilidades sociais.

Os preços dos bens e serviços deverão ser livremente estabelecidos pelos agentes económicos de acordo com as regras da livre concorrência. A fixação administrativa de preços distorce os sinais enviados para pessoas e empresas e dificulta que a oferta e a procura se adaptem às alterações ocorridas nos mercados, agravando os desequilíbrios. Os eventuais apoios e intervenções do Estado devem ser externos ao mercado, não interferindo na formação dos preços.

A Iniciativa Liberal considera que não devem ser criados entraves fiscais e burocráticos à produção de alimentos que dificultam que os agricultores e os pescadores possam viver condignamente da sua atividade profissional.

4.3 SIMPLIFICAÇÃO FISCAL E ADMINISTRATIVA

Portugal tem sido vítima duma carga fiscal excessiva, danosa para o crescimento económico e para o bem-estar de todos os que residem em Portugal. Apesar de os impostos serem necessários para que o Estado funcione e cumpra as suas funções essenciais, impostos em excesso têm consequências graves para o desenvolvimento do país.

Para a Iniciativa Liberal, a fiscalidade não deve punir quem trabalha nem a transmissão de riqueza entre gerações. Não deve inibir a poupança e o investimento, penalizar o sucesso profissional e empresarial ou bloquear o elevador social.

O quadro fiscal deverá ser confiável e previsível numa base plurianual. Devem ser identificadas e eliminadas todas as taxas e impostos cuja razão de ser é duvidosa, bem como isenções, exceções e benefícios fiscais que subsistam sem fundamento. Os impostos devem ser simples e fixados ao mais baixo nível possível, não pondo em causa o equilíbrio entre a competitividade económica, o direito das pessoas a usarem o fruto do seu trabalho e o financiamento sustentado das funções do Estado. Um sistema fiscal menos extorsivo contribuiria também para diminuir a economia paralela.

A diminuição da carga fiscal tem de ser acompanhada por uma redução de despesa até se chegar a um Estado menos esbanjador, que consuma menos recursos à economia e evite gastos inúteis. Organismos públicos, cujas funções sejam redundantes ou obsoletas, deverão fundir-se ou extinguir-se. Da mesma forma, dentro desses organismos deverão ser eliminadas as funções que perderam a sua razão de ser. Para além das múltiplas reformas sectoriais que propõe, a Iniciativa Liberal pretende que haja um limite constitucional à despesa pública e à carga fiscal, bem como de um plano de longo prazo para a redução da dívida pública.

Os processos administrativos deverão ser simples, universais e auditáveis e a sua existência justificada. A Iniciativa Liberal defende que, sempre que possível, sejam instituídos procedimentos de licenciamento zero, através de um cumprimento de formalidades essenciais e a eliminação da necessidade prévia de licenças, autorizações, vistorias e outros condicionalismos. A observância das normas e requisitos poderá ser verificada em fiscalização posterior. Com a adoção do princípio de “uma vez apenas” a necessidade de prestação de informação ou de apresentação de documentos redundantes à administração pública deve ser eliminada.

4.4 POLÍTICA ORÇAMENTAL E DÍVIDA PÚBLICA

Nas últimas décadas, Portugal caiu na armadilha dos défices e do crescimento da dívida. Os governos promoveram um permanente aumento da despesa pública com o consequente impacto na carga fiscal.

A insistência em políticas de forte pendor estatista, com fundos orçamentais destinados a poderosos grupos de interesse, foi diretamente responsável pela deterioração do nível de vida dos portugueses, hipotecando o futuro das novas gerações. Para pôr fim a este vício, a Iniciativa Liberal propõe a obrigação regular e periódica de elaborar orçamentos de base zero.

Para que a dívida pública seja gradualmente reduzida para níveis controláveis são desejáveis excedentes orçamentais.

O excesso de dívida pública impede que o Estado cumpra adequadamente as suas funções. Por outro lado, o equilíbrio das contas e a um baixo nível de endividamento constituem uma garantia de estabilidade e resiliência para a economia em momentos de recessão.

É imperioso reduzir a despesa pública, dando especial atenção à sua rigidez que retira qualquer tipo de flexibilidade à política orçamental e é causa de graves desequilíbrios quando há recessões económicas e drásticas reduções de receita.

A Iniciativa Liberal entende que o equilíbrio das contas públicas deve ser mantido independentemente das diversas opções políticas de quem assuma a governação do país. Dívida pública são sempre impostos futuros. Por esse motivo deve ser plasmado na Constituição da República Portuguesa um limite restrito ao défice orçamental próximo de zero, que apenas poderá ser ultrapassado em caso de emergência nacional.

4.5 LEGISLAÇÃO E RELAÇÕES LABORAIS

Uma economia dinâmica necessita que o risco de contratação por parte das empresas seja mitigado e, em simultâneo, que as pessoas não sintam medo de arriscar mudanças profissionais ao longo da sua vida. Dessa forma, será importante encontrar um regime que conjugue a flexibilidade com a segurança, fortalecendo o apoio ao desemprego involuntário e diminuindo o risco para os trabalhadores.

A flexibilidade da gestão e organização do trabalho não deve obrigar a soluções rígidas, mas permitir que, através da negociação entre partes, seja acordada a melhor solução para cada caso.

A legislação relacionada com o teletrabalho deverá dar liberdade aos trabalhadores e às entidades patronais para negociar como entenderem novos termos contratuais.

As relações laborais devem ser transparentes. Os recibos de vencimento devem refletir os valores entregues ao Estado para que o trabalhador conheça quanto é que o empregador efetivamente paga pelo seu posto de trabalho.

O salário mínimo não deve ser fixado a nível nacional e em simultâneo para todos os sectores económicos. Do mesmo modo, não deve ser utilizado com fins eleitoralistas que levam a resultados perniciosos e a uma estagnação do salário médio.

A determinação do valor dos salários mínimos numa perspetiva meramente nacional, sem ter em conta a assimetria do território e da população, prejudica as regiões mais pobres e as camadas da população menos qualificadas, além de contribuir para o acentuar da desertificação do interior e a marginalização e precarização de muitos trabalhadores.

Os sindicatos e as organizações empresariais têm total legitimidade na defesa de causas comuns, mas não lhes pode ser permitido impor restrições a direitos de terceiros. Os princípios da livre concorrência devem aplicar-se tanto aos sindicatos como às associações empresariais, evitando-se monopólios de direitos de representação ou de negociação com outras partes. Não deve ser possível a obrigatoriedade de filiação e quotização nem quaisquer restrições ao direito de exercício da atividade.

Devem ser gradualmente eliminadas diferenças entre o sector público e o sector privado, aproximando os respetivos regimes laborais, e evitando a situação de ‘um país, dois sistemas’.

5.

Sociedade

5.1 SOCIEDADE LIVRE, ABERTA E TOLERANTE

A Iniciativa Liberal deseja uma sociedade livre, aberta e tolerante, e um poder político responsável, com políticas transparentes, flexíveis e promotoras da paz social. Considera necessário que se respeitem as regras de civismo e respeito mútuo entre as pessoas e se reconheça a todos o direito à sua individualidade e aos seus valores.

Uma sociedade aberta passa pela coexistência da diversidade, partilha da diferença, abertura a outras perspetivas e opiniões como modo de aproximação entre pessoas livres. Uma comunidade ciente do valor das formas de vida animal e vegetal que a rodeiam, em que o respeito pelo bem-estar dos animais é um fundamento ético das sociedades desenvolvidas.

A Iniciativa Liberal deseja uma sociedade onde cada um seja livre de viver a sua vida como quiser, com quem quiser, trabalhar no que quiser, consumir o que quiser, expressar-se como quiser. Uma sociedade em que a curiosidade, a experimentação e a criatividade possam florescer livremente, com total responsabilidade.

Não é aceitável qualquer discriminação social, positiva ou negativa, baseada na cor da pele, nacionalidade, sexo, orientação sexual, deficiência, religião ou convicções políticas, bem como manifestações de racismo, xenofobia, sexismo, homofobia, capacitismo ou outras formas de desumanização.

A Iniciativa Liberal rejeita políticas identitárias que promovem a divisão da sociedade em grupos estanques. Recusa políticas públicas discriminatórias destinadas a diminuir ou favorecer determinados grupos sociais pelas características dos seus membros. Da mesma forma luta pela intransigente igualdade perante a lei com vista a erradicar qualquer discriminação legal que exista.

5.2 CULTURA E PATRIMÓNIO COMUM

A Iniciativa Liberal privilegia uma atividade cultural diversa e vigorosa, criativa e estimulante. Bate-se pela Arte, pelo Património, pela Cultura e pela liberdade artística, nas suas diversas manifestações. Considera que todos podem participar e fruir das atividades artísticas e culturais, e que estas devem estar livres de dependências políticas, de modo a serem vividas em liberdade.

Cabe ao Estado assegurar a preservação e promoção do património cultural comum, sobretudo o transmitido pelas gerações passadas. No entanto, tal não impede a promoção do mecenato ou das iniciativas dos cidadãos e de empresas para a preservação de património.

A política pública sobre a cultura deve pautar-se pela descentralização do financiamento, decisão e produção. Mais do que opções estéticas, a Iniciativa Liberal pugna pelo desenvolvimento de estruturas profissionais que garantam a sustentabilidade de projetos culturais.

A Iniciativa Liberal reconhece a importância e valor da língua portuguesa como elemento unificador do nosso país, bem como o seu papel universal para o entendimento entre os diferentes povos. A língua portuguesa é um ativo e o incentivo do seu ensino traduz-se numa vantagem para as pessoas, tanto em Portugal como no estrangeiro, nomeadamente nos países onde o português assume um papel importante para as populações.

5.3 CONTRAPODERES

A Iniciativa Liberal ambiciona uma sociedade civil forte, em que pessoas, famílias, associações, fundações e outras organizações não-governamentais possam desempenhar a sua função sem interferências do poder político.

A comunicação social deve ter liberdade de exercer as suas funções informativas, culturais e de formação. Uma comunicação social livre é um elemento essencial para a qualidade e sustentabilidade da democracia liberal. Deve ser independente, um bastião da liberdade de expressão e do debate das ideias. Deve assumir sem medos o seu papel de escrutínio dos poderes e de capacitação e fortalecimento da cidadania e da sociedade civil, afirmando-se como um veículo de participação cívica.

O poder político não deve ser proprietário nem financiador de órgãos de comunicação social. Não deve, em qualquer circunstância, subsidiar, impedir ou limitar o aparecimento de novos canais de informação. Não pode também restringir ou limitar o acesso aos recursos de divulgação existentes. Conteúdos de interesse público não cobertos pela programação das televisões comerciais serão encomendados pelo Estado a qualquer operador.

5.4 SUSTENTABILIDADE E AMBIENTE

A Iniciativa Liberal reconhece a importância da mitigação das alterações climáticas e a proteção da biodiversidade. Defende que a transição energética pode ser realizada de forma equilibrada, sem ceder a radicalismos proibicionistas e utopias de decrescimento. O desenvolvimento não implica, necessariamente, um aumento das emissões. O desenvolvimento económico pode ser cada vez menos poluente e reduzir o consumo de recursos naturais por via da permanente inovação científica. É por via desta inovação tecnológica que o país terá condições de cumprir três objetivos essenciais: a segurança de abastecimento, o custo e facilidade de acesso às fontes de energia e a sustentabilidade ambiental.

Os governos não devem criar normas que favoreçam certas opções tecnológicas sobre outras, mas estabelecer requisitos aplicáveis a todos, de modo que as opções vencedoras resultem da livre concorrência, do sucesso empresarial e da descoberta científica.

A Iniciativa Liberal reconhece a importância do estudo, desenvolvimento e utilização de outras formas de energia, como a eólica offshore, nuclear, oceânica, biomassa ou geotérmica. Como resposta ao problema da escassez de água devem ser estudadas e planeadas soluções adaptadas a cada região, incluindo a distribuição de água de regiões onde esta abunda para regiões onde escasseia, a construção de reservas de água ou de centrais de dessalinização.

A Iniciativa Liberal quer incentivar a utilização de transportes coletivos, formas inovadoras de mobilidade, a aposta na eficiência energética da indústria e do parque habitacional, o desenvolvimento de uma política de compras públicas ecológicas, a exploração sustentável de recursos minerais com a proteção da biodiversidade e a melhoria da gestão de resíduos, seguindo as boas práticas da economia circular.

Para a Iniciativa Liberal é possível um mundo mais avançado e descarbonizado com crescimento baseado em tecnologias menos poluentes. Um Estado que pugne pela independência da regulação do sector energético e que não interfira nas decisões tecnológicas permite conciliar a mitigação das alterações climáticas e a proteção da biodiversidade com a criação de oportunidades económicas e a consequente melhoria da qualidade de vida das populações.

5.5 TERRITÓRIO

A descentralização administrativa é importante para tornar possível às várias regiões do país, incluindo as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, decidirem que caminhos pretendem seguir para o seu desenvolvimento equilibrado.

A Iniciativa Liberal reconhece a importância do território do interior e das ilhas e defende uma nova política agrícola que simplifique todos os processos e burocracia setoriais, reduzindo impostos, agilizando licenciamentos e reforçando o papel das Associações de Agricultores na organização da produção. Para isso, é igualmente importante remover barreiras administrativas e fiscais à fusão da propriedade rural, promovendo a eficiência do sector de forma a reduzir a dependência dos apoios comunitários e promover a eficiência, celeridade e a estabilidade na análise de investimentos. A Iniciativa Liberal considera também que o Estado não deve criar entraves à inovação tecnológica e ao recurso à biotecnologia na exploração agrícola, fundamental persecução da sustentabilidade sem comprometer o rendimento do setor.

É essencial que a economia florestal seja rentável para os proprietários e, consequentemente, eficaz no combate aos fogos. A gestão dos recursos comuns deve ser efetuada através de concessões que evitem a sobreexploração e através do desenvolvimento de um novo código florestal, simplificado e orientado para promover uma floresta diversa e integrada numa economia sustentável e lucrativa. A exploração de recursos naturais, com as devidas preocupações ambientais, é necessária para o desenvolvimento do país e para a criação de prosperidade, oportunidades e bem-estar social e económico. Esta exploração deve ter em conta os direitos de propriedade privada e de livre iniciativa, de autogoverno das comunidades, as necessidades de proteção ambiental e o interesse nacional, sempre numa perspetiva de racionalidade económica, sustentabilidade, participação cívica e transparência.

A Iniciativa Liberal reconhece a importância geopolítica, económica e ambiental do território marítimo português, da Zona Económica Exclusiva, como do fundo marinho e subsolo pertencente à plataforma continental portuguesa. Considera o mar um oceano de oportunidades para Portugal e pretende promover o controlo, segurança e preservação da Costa Portuguesa.

5.6 INFRAESTRUTURAS

É responsabilidade do Estado o planeamento dos grandes investimentos, sobretudo infraestruturas elementares que permitam a interligação do território. O Estado pode financiar, concessionar, regular ou criar outros modelos que assegurem que entidades não-estatais desempenhem o serviço público pretendido de forma eficiente e com o menor custo para o contribuinte.

O financiamento público das infraestruturas deve ser orçamentalmente equilibrado de modo a não provocar o aumento permanente da dívida pública nem o surgimento de défices orçamentais. Os projetos de investimento público em infraestruturas devem ser publicamente discutidos e conhecidos os seus impactos nos orçamentos de Estado e na dívida pública.

Não cabe ao Estado determinar vencedores nem vencidos, favorecer operadores instalados ou limitar artificialmente a concorrência, mas deve evitar que infraestruturas críticas para a soberania se tornem propriedade de Estados estrangeiros ou de empresas ligadas à elite dirigente de regimes hostis aos valores da democracia liberal e da economia de mercado.

As tecnologias devem ser racionalmente avaliadas pelos seus benefícios e desvantagens, e as soluções preferidas não devem obedecer a preconceitos ideológicos. A Iniciativa Liberal defende um mercado de telecomunicações concorrencial e dinâmico, eficientemente regulado de forma a garantir uma prestação dos serviços com qualidade e adequado investimento em novas redes e tecnologias, não esquecendo a cobertura de zonas do país cuja viabilidade económica é difícil.

A mobilidade de pessoas e bens é essencial para o desenvolvimento da economia e para a qualidade de vida de todos. A mobilidade regional e urbana é uma componente fundamental da coesão territorial, política e da prosperidade económica. A Iniciativa Liberal entende que é essencial assegurar a existência de uma adequada rede de vias de comunicação, tal como das condições para que exista uma ampla oferta de serviços de transportes aéreos, ferroviários, rodoviários e marítimos.

O sector dos transportes deve constituir um mercado livre e competitivo, no qual é preferível que o Estado não participe enquanto proprietário ou operador nem restrinja a concorrência. Onde exista uma clara necessidade de serviço público, o Estado poderá definir esse serviço e assegurá-lo preferencialmente por vias contratuais e concorrenciais.

5.7 MIGRAÇÕES

Portugal sempre foi um país de pessoas que corajosamente partem ou chegam em busca de uma vida melhor. A Iniciativa Liberal defende a liberdade de circulação das pessoas, o direito das pessoas poderem construir uma vida melhor noutro país, deixando a sua própria terra onde, no caso de muitos, há pouca liberdade, escassas oportunidades e muita pobreza.

Por uma questão de princípio, a Iniciativa Liberal não aceita um país de portas fechadas, mas também não quer uma gestão desregrada das entradas no país, sem reconhecimento legal, proteção de direitos humanos, capacidade de integração e de assegurar o respeito pelo Estado de Direito.

A falta de fiscalização e o incumprimento das regras fomenta as redes criminosas e leva a que haja problemas de integração. Não aceitamos que haja pessoas em condições indignas, em casas sobrelotadas e sem trabalho ou exploradas em trabalhos ilegais.

Estas realidades são preocupantes e não devem ser deixadas ao abandono pelos mais moderados para serem tomadas por impulsos populistas. Ao contrário do que defendem alguns, a Iniciativa Liberal acredita que o país precisa de imigração. Mas ao contrário do que entendem outros, a Iniciativa Liberal acredita que a política de imigração tem de ser responsável, equilibrada e digna.

6.

Estado Social

6.1 SAÚDE

O direito à saúde, consagrado na Constituição da República Portuguesa, deve materializar-se num Sistema Nacional de Saúde que garanta a todas as pessoas um acesso verdadeiramente universal a cuidados de saúde de qualidade e em tempo útil, com liberdade de escolha do prestador desses cuidados, independentemente de pertencerem ao setor estatal, privado ou social.

Existem em Portugal dois níveis de acesso a cuidados de saúde. Quem tem um seguro ou a possibilidade de pertencer a um dos subsistemas exclusivos para funcionários do Estado, consegue acesso rápido e de qualidade aos hospitais e clínicas de todo o país. Quem tem apenas acesso ao SNS espera em listas intermináveis e sem garantias de que terá um atendimento adequado. Esta discriminação é inaceitável. O crescimento dos seguros e a multiplicação de clínicas e hospitais privados evidencia a incapacidade do SNS para responder às necessidades da população.

O financiamento do sistema deverá ser público, podendo incluir deduções individuais. Cabe ao Estado regulador definir de forma transparente as coberturas incluídas, critérios de qualidade exigíveis, assegurar a cobertura territorial dos serviços, usar mecanismos disciplinadores no financiamento dos cuidados e garantir a estabilidade e a sustentabilidade do sistema. Poderá existir oferta privada fora do Sistema Nacional de Saúde, mas sem acesso ou financiamento assegurados por parte do Estado.

O Estado deve ser neutro no que diz respeito à natureza do prestador do serviço. Os vários prestadores, públicos, privados ou sociais, devem concorrer entre si através da qualidade, quantidade, diferenciação ou conveniência do serviço que prestam, devendo o financiamento seguir o utente e não as instituições prestadoras.

Constitui uma responsabilidade das pessoas, da comunidade e do Estado o direito à proteção da saúde que garanta que todos usufruam do melhor estado de saúde, quer seja física, mental e social. Esse direito compreende o acesso, ao longo da vida, à promoção, prevenção, diagnóstico, tratamento e reabilitação, bem como a cuidados continuados e paliativos e também de saúde mental.

6.2 EDUCAÇÃO

Um dos princípios basilares do liberalismo é a garantia de acesso de todos a uma educação de qualidade. Esta constitui o melhor nivelador social de que um país dispõe e é uma forma de fazer funcionar o elevador de mobilidade social e intergeracional, diluindo a relevância da origem social.

Uma rede de ensino de alta qualidade não se constrói com um sistema ultracentralizado, sem autonomia própria e onde a gestão não se responsabilize pelo sucesso escolar das comunidades. A Iniciativa Liberal quer um Sistema Nacional de Ensino alicerçado em três princípios fundamentais: descentralização, autonomia e liberdade de escolha.

Através da descentralização reforça-se o papel dos municípios na gestão escolar local, em função das especificidades locais e das infraestruturas existentes, fomenta-se uma maior ligação das escolas à comunidade e a responsabilização do poder político local em relação ao sucesso escolar.

Por via da autonomia financeira, administrativa e pedagógica, as escolas detêm a gestão efetiva dos seus recursos. Esta é a melhor forma de fomentar uma pluralidade de ofertas educativas, pelo que o modelo de gestão escolar a partir do Ministério de Educação em Lisboa deve ser gradualmente abandonado. As escolas devem ter liberdade para contratar os seus recursos humanos, margem para a introdução e criação curricular de acordo com realidades locais, em respeito das regras comuns de exigência das aprendizagens essenciais, e devem também ser capazes de, supletivamente, se autofinanciarem junto das comunidades em que se inserem.

A liberdade de escolha consiste em atribuir aos jovens e às suas famílias a possibilidade de elegerem a escola que acharem melhor para si. É essa liberdade de escolha que permite criar um espírito competitivo saudável entre as diversas instituições, potenciando a melhoria do ensino em termos globais.

O papel do Estado neste sistema de ensino competitivo e eficaz é de regulador e financiador. O financiamento deve dirigir-se principalmente às famílias, de modo a incentivar as escolas a irem ao encontro dos estudantes através de propostas de qualidade educativa. Os critérios de admissão de alunos devem basear-se em regras justas, transparentes e não discriminatórias.

O Estado não deve impor nem promover visões sociais, políticas ou ideológicas. Deve procurar a neutralidade e estimular a diversidade e o pensamento crítico. Para a Iniciativa Liberal é essencial que se fomentem disciplinas que promovem a literacia económica e financeira, que

dotem os jovens das ferramentas necessárias para o mundo das tecnologias de informação e que lhes inculquem conhecimentos básicos sobre o funcionamento das empresas, da vida em comunidade e da administração do Estado.

O sistema de educação deve servir para capacitar indivíduos autónomos, livres, responsáveis e que sejam capazes de tomar controlo da sua vida. A escola deve estimular o potencial criativo, o talento individual e a vontade de empreender. Deve dotar os alunos das competências necessárias ao exercício ativo, esclarecido e responsável das diversas dimensões da cidadania numa sociedade democrática moderna.

O desporto é um complemento essencial para uma educação de qualidade. Este não deve ser exclusivamente promovido por entidades públicas. A Iniciativa Liberal considera que o Estado deve delegar a orientação da prática desportiva aos movimentos associativos que existem ou possam vir a existir, através de regras por si definidas que legitimem essas mesmas entidades, conferindo-lhes a autonomia necessária para a promoção da prática desportiva.

6.3 CIÊNCIA E ENSINO SUPERIOR

Um dos motores da mobilidade social, da melhoria de rendimentos e de qualidade de vida é uma ampla diferenciação formativa e profissional. A sua promoção deve ser assumida como uma política pública prioritária.

Um ensino superior de qualidade não pode estar limitado por regras rígidas de acesso e de financiamento. É essencial aumentar a autonomia das instituições, permitindo-lhes a liberdade para definirem o modelo de governo que mais se coaduna com os seus fins e objetivos, profissionalizarem a gestão, diversificarem as suas fontes de financiamento, a gestão das carreiras docentes e os mecanismos de aprovação de novos cursos, tanto no ensino superior como no privado.

O critério de admissão deve basear-se em normas claras e transparentes, estabelecidas pelas próprias instituições. É necessário dissociar gradualmente as escolhas realizadas durante o ensino secundário do condicionamento de acesso a cursos no ensino superior e promover formas alternativas de financiamento dos estudantes que lhes permitam frequentar condignamente a universidade. Simultaneamente deve-se garantir a sustentabilidade e o equilíbrio económico-financeiro das Instituições de Ensino Superior.

É importante fomentar a ligação entre o sector empresarial e a academia, permitindo formas suplementares de financiamento para as Universidades e promovendo a transferência dos resultados de investigação e a abertura das infraestruturas científicas às empresas. É indispensável minimizar o favoritismo e a endogamia académica e desenvolver um sistema de direitos de propriedade intelectual que suporte e alavanque a inovação.

A Iniciativa Liberal é a favor de incentivos fiscais aliciantes e simplificados aos privados que se tornem mecenas científicos na investigação, seja por via do financiamento direto a estudantes seja no suporte às Instituições do Ensino Superior. A frequência do ensino superior é uma alavanca salarial importante para aqueles que se graduaram. Será importante que os licenciados, que são também os maiores beneficiários do ensino superior, contribuam para financiar a sua educação.

A formação contínua ao longo da vida profissional ativa é também uma importante via de qualificação das pessoas, devendo ser promovida por via de regimes fiscais benéficos para entidades empresariais que promovam a flexibilidade laboral para a frequência de formações úteis ao trabalhador, regimes de trabalhador-estudante simplificados, suporte financeiro à formação ou acordos com Instituições do Ensino Superior e entidades formadoras reconhecidas.

6.4 SEGURANÇA SOCIAL

Portugal deve ter redes de segurança que garantam aos seus cidadãos a ajuda necessária em caso de dificuldades, nomeadamente causadas por situações de desemprego, doença ou deficiência física ou mental. Estes sistemas devem ser geridos com um conjunto de regras públicas transparentes que contenham proteções contra o uso abusivo dos apoios sociais.

O atual sistema de pensões funciona num regime de repartição que hipoteca o futuro dos mais jovens e cria falsas expectativas de retornos na idade da reforma. Esta opção apresenta uma grande limitação futura, uma vez que a evolução demográfica vai obrigar a aumentar progressivamente a idade de reforma, a diminuir significativamente o valor das pensões ou a aumentar ainda mais a já elevada carga fiscal.

São necessários caminhos alternativos que garantam a sustentabilidade do sistema de pensões, sem agravar ainda mais a situação de quem trabalha ou de quem está dependente. A existência de um pilar de capitalização é assim uma necessidade imperiosa para as futuras gerações para que seja possível aumentar as pensões sem penalizar tanto as gerações em idade ativa. A Iniciativa Liberal propõe uma transição gradual e programada de um regime de repartição para um regime misto, com uma parcela redistributiva e uma parcela de

capitalização, através de fundos de pensões ou de contas individuais de investimento para a reforma.

Uma vantagem importante dos sistemas de capitalização é a disponibilidade de capital que se acumula nos fundos de gestão, públicos ou privados, e que aporta montantes significativos de financiamento à economia promovendo o crescimento. Para que tal aconteça, é imperiosa a regulamentação dos Fundos de Pensões, adotando as melhores práticas existentes noutras geografias.

A Iniciativa Liberal defende que a sociedade e o Estado têm obrigação de ajudar as pessoas portadoras de deficiência e limitadas na sua autonomia pessoal, reconhecendo-as como titulares dos mesmos direitos de qualquer outro cidadão. É fundamental o nivelamento das oportunidades para aqueles que não podem aceder-lhes por razões involuntárias. A Iniciativa Liberal pretende que estas pessoas e suas famílias sejam desoneradas fiscal e administrativamente e que as entidades da sociedade civil que as apoiam sejam incentivadas. Entre outras obrigações, o Estado deve promover medidas de acessibilidade através de adaptações dos espaços e serviços públicos.

A Iniciativa Liberal deseja uma sociedade de bem-estar social e de solidariedade intergeracional, onde todos os cidadãos possam sentir as suas necessidades satisfeitas, desde a primeira infância até à terceira idade.

É necessário um efetivo incentivo à natalidade que permita travar o envelhecimento da população, apostando quer em medidas de suporte à parentalidade quer em medidas de alívio fiscal. A promoção da igualdade de oportunidades implica também um especial dever de cuidado para com as crianças, sobretudo as que estão em situação de vulnerabilidade. O Estado deve ser o garante de que todas as crianças em situação de risco são apoiadas, de modo a repor imediatamente a sua segurança e reunir condições para o seu desenvolvimento.

O cuidado com os mais idosos deve fazer parte das preocupações das políticas públicas. Num contexto de crescente envelhecimento populacional e redução significativa da população contributiva, incentivar a atividade profissional voluntária dos maiores de 65 anos, não só pode proporcionar a estas pessoas uma melhor saúde física e mental como é mais um contributo à sustentabilidade do sistema. Por outro lado, as pessoas devem ter garantidos cuidados básicos de higiene, alimentação e medicação na sua velhice, quando não seja possível assegurá-los pelos próprios meios.

6.5 HABITAÇÃO

A Iniciativa Liberal deseja uma sociedade onde não falte habitação condigna para todos os portugueses. É necessária uma maior disponibilidade de habitação que a torne mais acessível a todos os que vivem em Portugal. A liberdade para desenvolver uma vida adulta e constituir família é um direito fundamental das pessoas.

É importante eliminar muitos dos obstáculos burocráticos e fiscais que dificultam a promoção imobiliária e penalizam o custo da habitação. As soluções de mercado livre são preferíveis, não se podendo ignorar o papel do Estado. Este, em lugar de continuar a criar sucessivos obstáculos, deve permitir que haja uma oferta vigorosa que responda a todo o tipo de procura, que evite a segregação urbana e que se adapte a novas realidades laborais. É também função do Estado garantir condições de habitação a pessoas e famílias em situações de carência extrema.

A Iniciativa Liberal entende e subscreve a necessidade de revitalização do mercado de arrendamento habitacional, eliminando as fortes distorções impostas por uma fiscalidade abusiva, uma burocracia desnecessária e uma legislação perniciosa que afasta pequenos e grandes investidores. O Estado deve evitar intrometer-se nas relações entre proprietários e inquilinos, nomeadamente em tentativas de controlo de rendas que sempre resultam em degradação do parque habitacional e escassez de oferta. É também importante criar reais incentivos à recuperação e requalificação do edificado já existente, bem como minimizar outros custos de contexto.

O ordenamento jurídico deve respeitar os princípios da liberdade económica, sobretudo os de proteção da poupança, investimento, propriedade e associação económica. A atual legislação promove um mercado disfuncional, caracterizado por conflitualidade social, degradação do património construído, contrastes urbanísticos e outras patologias socioeconómicas.

A Iniciativa Liberal aposta em aumentar a oferta de habitação como forma de refrear os preços e de a tornar mais acessível a todos. Também aqui é necessário simplificar e moderar a carga fiscal sobre o setor da construção e eliminar obrigações supérfluas, como forma de impulsionar a oferta e atrair capital de longo-prazo para investimento destinado à venda ou ao mercado de arrendamento.

